

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NEGRAS EMPREENDEDORAS NA CIDADE
DE RIO GRANDE

Simone Porto Machado (Universidade Federal de Rio Grande) - simoneh_1993@hotmail.com
Graduanda em administração

Ketlle Duarte Paes (Universidade Federal de Rio Grande) - ketllep@yahoo.com.br
Professora da pós-graduação em administração

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NEGRAS EMPREENDEDORAS NA CIDADE DE RIO GRANDE

RESUMO

Partindo de um contexto histórico, se pode observar que a luta das mulheres por igualdade de direitos com os homens ficou conhecido como feminismo. Esse movimento em seus primórdios não englobavam as mulheres negras que viram seus interesses serem levados em consideração somente quando o movimento feminista negro ganhou proeminência em meados do século XX. (PINTO, 2010). Outra pauta de luta das mulheres diz respeito a maior participação e mais direitos no mercado de trabalho, onde as mulheres buscam, entre outras coisas, equiparar seus salários aos dos homens. Em sua luta pela sobrevivência e em tempos de crise financeira, o empreendedorismo pode ser uma saída para o sustento de muitas famílias. A pesquisa visa contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados pela mulher negra na economia de Rio Grande, bem como busca dar visibilidade a essa parcela da população historicamente excluída das políticas públicas. Nessa pesquisa, verificou-se que as mulheres aqui entrevistadas enfrentam diversas dificuldades para abrir e manter seus negócios. Dificuldades tais como: falta de recursos financeiros para investir, ter que abrir mão de acompanhar o crescimento dos filhos em função do excesso de trabalho, sofrer preconceito dos clientes em função dos estereótipos a que estão sujeitas na sociedade, etc.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Empreendedorismo; Desafios Sociais e econômicos

INTRODUÇÃO

As mulheres há tempos lutam para conquistar seus espaços em lugares que antes eram exclusivamente ocupados por homens. As reivindicações das mulheres por igualdades de direitos têm como um importante marco a luta pelo sufrágio universal, ou seja, a luta pelo direito de votar e poder escolher seus representantes (PINTO, 2010). Essas lutas históricas das mulheres oportunizou o surgimento do chamado feminismo. Esse movimento começou a ser disseminado por volta de 1920 não acolhia as mulheres negras (ANUNCIADA, 2015), as mesmas puderam ver seus interesses serem levados em consideração somente quando o movimento negro ganhou proeminência em meados do século XX. (DOMINGUES, 2007).

Outra pauta de luta das mulheres diz respeito à igualdade de direitos no mercado de trabalho, onde buscam equiparar seus salários aos dos homens. Em sua caminhada pela sobrevivência e em tempos de crise econômica e política como o Brasil vive atualmente o empreendedorismo pode ser uma saída para o sustento de muitas famílias. Segundo Hirish e Peters (2004), o empreendedorismo é uma maneira de conceber alguma coisa nova se conscientizando dos riscos inerentes aos esforços para gerar riqueza, promovendo e agregando valor a algum serviço ou produto.

De acordo com Davis (2016), as mulheres negras, historicamente, por não serem absorvidas pelo mercado de trabalho necessitavam buscar formas de subsistência oferecendo serviços de lavagem de roupas, de vendas de comidas, de cabelereiras, de costureiras, etc. Essa condição de exclusão dos postos formais de trabalho pressionaram as mulheres negras a empreenderem pequenos negócios para o sustento da família. Isso porque, conforme a autora, tradicionalmente muitas famílias negras são sustentadas por mulheres já que era muito comum o abandono da família pelo homem. A mulher negra, de acordo com a literatura especializada, abarca em si mesma, várias formas de identidades de minorias sociais por meio

da denominada interseccionalidade. Esse conceito fica evidente ao pensarmos que a mulher negra carrega consigo outras categorias como gênero, raça e classe, configurando na matriz: mulher/negra/pobre conforme o entendimento de Cardoso (2012).

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como propósito analisar os desafios sociais e econômicos enfrentados pelas mulheres negras empreendedoras na cidade de Rio Grande. Esse trabalho pretende contribuir para os estudos sobre gênero e raça no campo disciplinar dos estudos organizacionais. Isso posto, em uma pesquisa realizada em alguns dos principais periódicos da área de administração: Revista de Administração Contemporânea (RAC), Organização e Sociedade (O&S), Revista de Administração de Empresas (RAE), Revista de Administração da USP, Cadernos Ebape; com as palavras-chave: mulher negra e estudos organizacionais; mulheres negras empreendedoras obtivemos como o retorno de 23 artigos, dos quais apenas dois abordam diretamente a temática de raça e gênero.

Não obstante, no contexto dos estudos brasileiros, destacam-se algumas importantes pesquisas no que diz respeito as identidades de raça e classe (TEIXEIRA et al., 2016); gênero e sexualidade (CERQUEIRA; SOUZA, 2015; SOUZA, 2009); gênero, raça e classe (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015). Depreende-se disso, com a ajuda de Conceição (2009), que os estudos sobre mulheres negras ainda são muito escassos nos estudos organizacionais. Assim, partindo dessas considerações justifica-se a importância desse trabalho que pretende trazer reflexões sobre o tema para o ambiente acadêmico da área de administração. Além disso, busca um diálogo com as mulheres negras empreendedoras, no intuito de lhes dar voz e visibilidade, bem como auxiliá-las na compreensão de sua realidade.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. FEMINISMO NEGRO

As mulheres negras empreendem seus próprios negócios desde o fim do período da escravidão em meados do século XIX. Em muitas situações essas mulheres não conseguiram espaço no mercado de trabalho devido à discriminação e a invisibilidade a que eram submetidas, sobrando para elas, em consequência, os serviços de empregadas domésticas. Desse modo, quando não arranjavam empregos formais utilizavam formas criativas de subsistência para o sustento da família, vendendo comida de porta em porta ou em bancas improvisadas na rua, eram costureiras e ofereciam serviços de lavagem de roupas para fora. (ARMAN, 2015).

O ativismo das mulheres negras se deu pelo afastamento dos movimentos negro e feminista por entender que para esses movimentos não as representavam em suas demandas. Nas palavras de Andrade Fernandes (2016 p. 697):

De um lado, as mulheres negras foram pressionadas a aceitar uma posição secundária no movimento negro, já que a luta por igualdade racial não tinha como bandeira o rompimento dos direitos estabelecidos no sistema patriarcal. (...). De outro lado, as mulheres negras tiveram suas experiências ignoradas no movimento de mulheres em nome de uma homogeneização da vivência feminina.

Pode-se compreender com este fragmento, o quanto as mulheres negras batalharam para serem ouvidas dentro dos movimentos negros, mesmo desempenhando um papel crucial na manutenção destes movimentos atuando nas organizações de eventos para angariar fundos, por exemplo. (DOMINGUES, 2007). No que tange ao movimento feminista, percebe-se também, pela literatura especializada, sobre as reivindicações das mulheres naquele contexto dizia respeito a ter a propriedade do próprio corpo, a ter autonomia financeira e a ter liberdade sexual. (FERNANDES, 2016).

Contudo, observa-se, segundo Ribeiro (2008), que as mulheres negras precisavam romper também com os estereótipos associados a cor de sua pele. Um exemplo trazido pelo autor referencia a expressão “mãe-preta” uma expressão remetente aos tempos que as mulheres negras eram obrigadas a amamentar os filhos das mulheres brancas. Ao se politizarem essas mulheres compreenderam que não poderiam possibilitar a continuidade desse preconceito de maneira a lutar para desconstrução dos padrões e das relações de poder que insistem em retroalimentar o racismo e o machismo, agindo como limitadores das ações políticas voltadas para esse grupo. (FERNANDES, 2016).

De acordo com Fernandes (2016, p. 701), o feminismo negro utilizou-se “da força semântica do termo ‘feminismo’”, ampliando suas reivindicações para temas como, combate a pobreza, criação de políticas públicas específicas e o acesso à educação. Na visão Sueli Carneiro, a base do movimento feminista tradicional não faz sentido para a realidade das mulheres negras, principalmente as mulheres negras brasileiras que já trabalhavam fora de casa desde os tempos da escravidão. Sendo que no período pós-colonial obtiveram papéis de mantenedoras de suas famílias já que seus companheiros foram substituídos pela mão-de-obra estrangeira, e essas mulheres acabaram se inserindo nos mercados tanto formal quanto informal de trabalho.

Quando se fala em feminismo negro há de se pensar sobre o impacto de temas raciais e sua vinculação com o gênero. O feminismo negro deve dar devida atenção a uma paridade política complexa e as diversas variáveis que se interseccionam. (FERNANDES, 2016). Na visão de Lélia Gonzales (2016), a mulher negra precisa assumir seu papel de protagonista na luta contra o machismo e o racismo e também resistir a pressão contra o embranquecimento e a submissão que historicamente se espera do mundo feminino.

Perante o palco de invisibilização e silenciamento, o feminismo negro deve se unir na razão de viabilizar espaços de fala para as mulheres negras (FERNANDES, 2016) e esses espaços começam pelos encontros e congressos voltados especificamente para esse público. No ano de 1988 é realizado no Brasil o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (IEMN) que reivindicava a inclusão dessas mulheres que não eram amparadas pelas políticas sociais, tanto nacionalmente quanto internacionalmente. As mulheres negras contribuem para o surgimento da Rede de Mulheres Afro-latino-americana, Afro- caribenhas e da Diáspora, realizando encontros nos anos 1998, 1992 e no ano 2001(RIBEIRO, 2008 p. 991). A Conferência Nacional dos Direitos das Mulheres teve suas edições nos anos de 2004 e 2007, reuniu cerca de 200 mil participantes, aonde aconteceram às eleições e elegeram em torno de 1700 representantes para participar do evento nacionalmente (RIBEIRO, 2008, p.994).

Matilde Ribeiro (2008) no artigo sobre mulheres negras, a autora traz em sua obra a discussão sobre a forma como o gênero e raça são incluídos nas políticas públicas brasileiras. As primeiras políticas com variáveis gênero e raça foram inclusas nos orçamentos participativos no estado do Rio de Janeiro entre os anos 1997 e 1999. (RIBEIRO, 2008). A conferência de Durban em 2001 possibilitou a criação e inclusão dos seguintes programas: Programa Nacional de Ações Afirmativas e o Conselho Nacional de Combate a Discriminação em 2002. (RIBEIRO, 2008). No ano de 2003 no mandato do Luís Inácio Lula da Silva é instaurada a Secretaria de Políticas e Igualdade Racial, abrindo espaços Política

Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial. (RIBEIRO,2008).

O estudo da autora também expõe sobre a parcela de jovens negras trabalhando como empregadas domésticas entre as idades de 16 a 29 anos. Outro dado socioeconômico chama atenção da condição da mulher negra, conforme relato de Arman (2015, p. 69):

Até 1995, a grande maioria das mulheres negras eram chefes de família que tinham como característica uma vida solitária, na qual não existia a presença masculina do marido ou companheiro. Quase 70% dessas famílias naquele momento eram mães, 18% mulheres sozinhas, 10% mulheres sem filhos que coabitavam com outra pessoa. A maior parte dessas famílias - 56,2% - conserva uma renda total de menos de um salário mínimo, ocasionando as piores condições de renda entre as famílias chefiadas por mulheres.

Em 2009, no Brasil, a categoria de serviços domésticos era composta cerca de 90% por mulheres (COSTA, 2013, 471), “destas 61,6% eram negras e 38,4% eram brancas”. Esta forma de trabalho tem sido lembrada pelo desamparo legal e pelas deficientes condições de trabalho, com cerca de “3/4 das empregadas domésticas não dispõem de carteira assinada, um direito conquistado em 1972” (COSTA, 2013 p.472).

Quando o mercado de trabalho não acolhe a mulher negra para os serviços domésticos, muitas dessas mulheres precisam sustentar suas famílias e veem a saída no empreendedorismo. Ainda nos dias de hoje no quesito salário as mulheres negras recebem valores inferiores aos homens negros apontando tal disparidade é notável a discriminação tanto de gênero quanto de raça independente da classe econômica. Essas mulheres abrem seus empreendimentos com o intuito de satisfazer as necessidades dos clientes no nicho de mercado que pretendem explorar. Em alguns casos as empreendedoras exploram linhas de produtos voltados suas etnias com o enfoque a afirmação da identidade enquanto mulher negra (ARMAN, 2015).

1.2 EMPREENDEDORISMO NA PERSPECTIVA DO TRABALHO INFORMAL E DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O trabalho informal é composto por pessoas que estão fora do mercado de trabalho formalizado e afastados da assistência do Estado (CASTRO; NUNES, 2014), ou seja, trabalhadores que não trabalham de carteira assinada, mas trabalham de maneira autônoma. Salienta Druck e Oliveira (2008, P. 4): “A informalidade é sinônimo de flexibilidade e precarização do trabalho” e essa informalidade do trabalho é consequente das mudanças relacionadas e dependentes do meio econômico e do meio político da sociedade brasileira. Quando esses trabalhadores ingressam no mercado informal se adaptam aos princípios distintos do mercado de trabalho formal, “que obriga os sujeitos a aceitarem tal condição como a mais plausível de ser vivida em um contexto de desemprego e precarização do trabalho”. (DRUCKER; OLIVEIRA, 2008 P.10).

No início a utilização do trabalho informal direcionado ao trabalho ocasionou resistência tanto dos governantes quanto dos pesquisadores sobre o tema. Este tipo de trabalho passou a ser um problema para o poder público brasileiro, pois a informalidade terminou se associando a marginalidade. O conceito de trabalho informal é explicado partindo de duas teorias a primeira teoria era a teoria da modernização ao qual acreditava sobre a acumulação de capitais dos países em desenvolvimento fornecia uma base empregatícia relevantemente instável, sendo que essa instabilidade era percebida como transitória. Corroborando com a teoria da modernização é apresentada a teoria sobre o trabalho informal sendo sinônimo de marginalização, pois “ênfatizando as consequências do processo de modernização das economias dos países em desenvolvimento acarretavam uma estratificação social”. (DRUCK; OLIVEIRA, 2008 P.2).

Salienta-se a respeito da ideia passada pelo poder público sobre os trabalhadores informais estariam predestinados a casos de trabalhos marginalizados no futuro, pois os optantes do trabalho informal, não desempenhariam um papel relevante na sociedade, logo não poderiam favorecer o poder público. (DRUCK; OLIVEIRA, 2008). Nos anos 1980 aconteceram mudanças na maneira de pensar informalidade no âmbito do trabalho.

Os autores explicam sobre a crise do fordismo ser o estopim para a reflexão sobre trabalho informal, discutidos de maneira inicial em âmbito internacional para depois ser pensado aqui no Brasil. Deixando de ser um problema restrito aos quesitos socioeconômicos dos países em desenvolvimento. (DRUCK; OLIVEIRA, 2008). Dessa maneira há uma expansão do trabalho informal com sua ampliação em diversos nichos de mercado, sendo crescente o número de adeptos a essa forma de ocupação oferecida no mercado de trabalho. Portanto, o “trabalho informal é a expressão máxima do trabalho flexível, cuja única chance de estabilidade para o trabalhador é a sua própria “empregabilidade” (DRUCK; OLIVEIRA, 2008 P. 6) a forma do indivíduo poder gerar meios de subsistência em uma realidade incerta e em um mercado de trabalho incerto.

O empreendedorismo entra como solução de um problema financeiro e de sobrevivência atuando forma imediata aos desempregados, trabalhadores que estão na informalidade, mas também os trabalhadores que estão nos subempregos logo trabalhadores sujeitos ao processo de precarização do trabalho (CASTRO; NUNES, 2014).

O empreendedorismo na visão de Castro e Nunes (2014, P. 131), vai ao encontro dos anseios do capitalismo quando busca sustentar o discurso oficial de que o "empreendedorismo consiste em ótima oportunidade que o trabalhador tem para tornar-se empresário, como forma de solucionar três questões ao mesmo tempo: seu desemprego, sua exclusão e sua cidadania perdida".

Conforme os autores explicam, essa ideia é disseminada passando a responsabilidade para os indivíduos e justificando as falhas do estado reafirmando a imagem de que sozinhos os mesmos conseguem se libertar de problemas aos quais são sujeitos. Estas pessoas terminam por laborar de forma precária, com poucos direitos assistidos e quase sem perspectiva de futuro, por exemplo, direito a aposentadoria, pois nem todos os cidadãos que laboram da maneira informal possuem dinheiro para pagar a previdência social (DRUCK; OLIVEIRA, 2008).

Siede (1994) salienta que a informalidade é uma resposta a acontecimentos tais como os baixos salários dos empregos formais, quando não existem as condições exigidas por tais empregos nos níveis em que a remuneração é atraente para o trabalhador. Além do mais, de acordo com o autor, também é uma maneira de o trabalhador não ser subordinado a um chefe, buscando remunerações maiores comparadas as que são oferecidas no trabalho formal.

Já no campo do empreendedorismo formal, temos a microempresa que é uma pessoa jurídica regulamentada pela Lei complementar nº 123/ 2006. Por essa lei também é normatizado o Simples Nacional tratando-se de um sistema compartilhado de tributação com intuito de fiscalizar, arrecadar e cobrar impostos voltados para as Microempresas tornando mais simples a arrecadação de tributos da pessoa jurídica listados em um único documento, tais como: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) e Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) (DUARTE, 2011).

A Lei Complementar nº 139/2011 normatizou os requisitos para o devido enquadramento dentro desta lei do microempreendedor individual a partir da mesma é necessário a empresa faturar R\$: 5.000,00 reais mensais ou R\$: 60.000,00 reais anuais, o microempreendedor não pode ser sócio e nem dono de outra empresa somente é permitido o

mesmo ter apenas um empregado recebendo o piso da categoria ou um salário mínimo (SEBRAE, 2017). Com a criação da lei complementar 147/2014 ao qual ocorre a mudança da primeira lei em seu art. 4º traz a resolução com a publicação passa a ser o de forma gratuita os seguintes tramites: a abertura e fechamento das microempresas, a expedição de alvarás, a alteração cadastral, etc. (PLANALTO, 2014).

Para o Microempreendedor não são exigidos registros em livros fiscais isentando-o da contabilidade formalizada. É obrigatória a entrega do relatório mensal e ter acesso ao endereço eletrônico por meio da internet para os devidos procedimentos: credenciamento como microempreendedor, acesso às guias de recolhimento de impostos, à declaração do faturamento anual. Atualmente o registro no MEI é realizado através do Portal do Empreendedor, ao acessar este portal o próprio microempreendedor pode abrir/ fechar sua empresa e emitir suas declarações de impostos sem sair de casa. (DUARTE, 2011).

2. METODOLOGIA

De acordo com Lakatos e Marconi (2015), os procedimentos metodológicos representam o conjunto de atividades racionais e sistemáticas que permitem alcançar com maior segurança o objetivo de pesquisa. Assim, este estudo, do ponto de vista teórico e metodológico é uma pesquisa qualitativa, de corte temporal transversal, pois se abordou o universo de pesquisa em um determinado contexto sócio histórico em um dado período de tempo. No caso aqui proposto, o campo empírico foi a cidade de Rio Grande (Rio Grande do Sul) no ano de 2017.

Denzin e Lincoln (2006, p. 17), observam que a pesquisa qualitativa é um campo de investigação, que envolve a coleta de uma variedade de materiais empíricos e dessa maneira tende a não privilegiar uma única prática metodológica em relação a outra. Para as autoras “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo”. Assim, a pesquisa qualitativa, não se baseia em critérios numéricos para garantir sua representatividade, sendo o critério mais importante, nesse tipo de pesquisa, a compreensão dos diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto.

Os dados de pesquisa foram coletados no período de agosto a novembro de 2017. Esse processo ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com três mulheres negras empreendedoras em diferentes dias, respeitando a disponibilidade das entrevistadas. As entrevistas foram gravadas na íntegra com o consentimento das pesquisadas e duraram em média 20 minutos; na sequência elas foram transcritas de forma literal. As entrevistas tiveram como objetivo compreender a história de vida dessas mulheres, bem como poder identificar os desafios sociais e econômicos enfrentados por elas ao empreenderem seus negócios.

A análise dos dados, em consonância com a perspectiva qualitativa, foi interpretativa e ocorreu ao longo e depois da coleta de dados. De acordo com Godoy (2006), esse tipo de análise é coerente com o estudo de caso qualitativo, devendo ser desenvolvido de modo concomitante com a coleta de dados. As reflexões que apresentamos a seguir são o resultado desse processo, de maneira que a teoria e a prática dialogam, procurando oferecer uma visão mais abrangente do fenômeno em estudo.

Assim, as categorias que nortearão a pesquisa para a análise dos dados são aquelas advindas do referencial teórico. Nesse sentido, compreender os desafios sociais e econômicos enfrentados pelas mulheres negras ao empreenderem seus negócios, torna-se o objetivo central desse trabalho, uma vez que a literatura sobre o tema apontou que historicamente há diversos marcadores sociais de subordinação, tais como o racismo, opressão de classe e de gênero que se relacionam e atuam na promoção das desigualdades sociais, sobre tudo, em relação as questões de gênero e raça (DAVIS, 2017).

3. OS DESAFIOS SOCIAIS E ECONÔMICOS ENFREENTADOS PELAS MULHERES NEGRAS EMPREENDEDORAS NA CIDADE DE RIO GRANDE

A proposta deste trabalho é identificar os desafios sociais e econômicos enfrentados pelas mulheres negras empreendedoras na cidade de Rio Grande. Para tanto, buscou-se nesse trabalho ouvir algumas mulheres negras que se encontram na situação de empreendedoras. Na sequência apresentamos as entrevistadas com o objetivo de verificar em sua história de vida e de empreendimento quais os desafios sociais e econômicos enfrentados por elas ao empreenderem seus negócios.

3.1. CAMILA

Camila tem 46 anos, é casada e atua no ramo da costura há 23 anos. Teve experiências de trabalhos anteriores como empregada doméstica e em uma empresa de pescados sendo que anos depois encontrou no ramo da costura sua profissão. O interesse pela área de costura, relata Camila, ocorreu quando a mesma foi morar na cidade de Florianópolis-SC, onde encontrou um mercado de trabalho restrito em termos de oportunidades de emprego.

Com o decorrer do tempo, Camila se matriculou em um curso profissionalizante na área de corte e costura no qual encontrou uma alternativa para vencer o desemprego. O curso teve a duração de um ano, porém antes do término do curso a mesma conseguiu um emprego em um atelier de costura. Nas palavras de Camila: *"em seguida comecei a trabalhar no atelier de costura lá... já né com experiência né de três meses aí o dono do atelier gostou do meu trabalho (...)".* Camila relata ainda que ficou um ano trabalhando formalmente neste atelier e após esse período pediu demissão em função do nascimento de seu primeiro filho.

Após isso, ela retornou para cidade de Rio Grande e poucos anos depois decidiu voltar a costurar. Para tanto, voltou a realizar cursos especializados buscando se aperfeiçoar cada vez mais. Alguns cursos que ela frequentou foram ofertados gratuitamente pela Prefeitura. No entanto, Camila também buscou aulas particulares com uma professora especialista em alta costura, com a qual Camila pode se aprofundar na confecção de vestidos para festas, conforme Camila (2017):

Ainda tem o curso dela eu fiquei lá durante muito tempo lá que eu fui me aperfeiçoando mais eu fui fazer o curso de costura. É uma área muito grande né, tu faz curso de malha para costurar malha, tu faz curso para costurar roupa de vestido de festa.

Camila acredita que ser costureira representa um grande avanço em sua carreira profissional, pois em suas profissões anteriores a mesma conta sobre exposições a diversos tipos de preconceitos e ainda complementa:

Como é que eu vou te dizer, uma melhora profissional, nas fábricas de peixes era serviços gerais, depois empregada doméstica. Infelizmente a gente ainda sofre muito preconceito né por ser empregada doméstica. E, costureira eu faço o que eu gosto. Aprendi a gostar da profissão e a gente sofre um pouco menos de preconceito do que ser empregada doméstica.

A fala acima nos possibilita perceber o que Crenshaw (2002) explica sobre as desigualdades promovidas entre as diversas estruturas de classe em nossa sociedade, fazendo

com que se retroalimentem diferentes discriminações em um único indivíduo, por exemplo, a mulher negra sofre racismo, preconceito de gênero e a desigualdade social ao mesmo tempo. O relato de Camila lança luz as diversas formas de discriminações que ela sofreu, principalmente quando atuou como empregada doméstica. Os preconceitos continuaram quando ela se tornou costureira, diminuindo somente, segundo sua percepção, no momento em que ela passou a administrar seu próprio atelier.

Nos contextos sociais onde o mercado de trabalho é restrito para as mulheres negras, as mesmas veem como única alternativa o trabalho doméstico e quando não conseguem criam outros meios de se sustentarem. (ARMAN, 2015). No caso de Camila ela não quis ser mais doméstica e buscou aprender uma profissão.

Camila relata também, que entre as inúmeras dificuldades que enfrentou, uma delas era manter seus filhos na escolinha, pois com a abertura do seu atelier foi necessário colocá-los na escolinha e isso representou para ela um sofrimento no momento em que se tornou muito difícil acompanhar o crescimento deles, ela ressalta: "a família me ajudou a cuidar deles. Foi complicado, mas não tem o que se fazer tem que trabalhar e ajudar no sustento da família".

No ano de 2008, ela inaugurou seu atelier onde contou com o apoio de alguns integrantes da família: o marido ajudou na compra dos equipamentos e o sogro na cedência da casa, com isso o seu tão sonhado atelier estava se tornando realidade e assim reconheceu que os esforços de todos foram essenciais, frisando: "sem ajuda tu não consegue abrir seu próprio negócio, né. Meu atelier de costura praticamente meu marido e meu sogro que me apoiaram no início. Nunca pedi nenhum tipo de crédito".

Mesmo com as dificuldades financeiras iniciais Camila não abriu mão de registrar-se como microempreendedora com o intuito de formalizar seu empreendimento. Com o atelier em funcionamento hoje ela consegue colaborar com a renda da família, ou seja, o empreendedorismo entra como um recurso para determinadas questões financeiras. (CASTRO; NUNES, 2014).

Ao lidar diretamente com desafios sociais e a discriminação racial em sua profissão, Camila relata que algumas clientes quando chegavam em seu ateliê pediam para ela chamar a costureira:

Eu sou jovem e negra (...) e as pessoas ainda tem a mentalidade de que costureira é uma velhinha branca, então muita gente chegou na porta do meu atelier e me pediu para me chamar a costureira né e aí eu dizia: sou eu mesma a costureira. A gente via que aquilo era discriminação.

A luta pela desconstrução dos estereótipos e padrões impostos pela a sociedade dentro das relações de classe é bastante complicado e penoso. As mulheres negras lutam contra a perpetuação desses estereótipos que são os principais condicionantes para a reprodução e perpetuação do racismo. (FERNANDES, 2016).

Em alguns momentos, relata Camila, há por parte de seus clientes, a falta de reconhecimento de seu trabalho e, muitas vezes, o questionamento de seus preços acaba desvalorizando seus serviços. Com todos esses percalços, Camila diz haver possibilidades de explorar mais seu empreendimento na cidade de Rio Grande. Em sua opinião a solução seria a venda de roupas prontas e almeja em seus planos futuros o investimento na compra de tecido em maior volume para a realização desse sonho. Camila expõe que para o futuro pretende ir buscar tecidos em outras cidades para fabricar roupas em maior quantidade e tê-las a pronta entrega, relata ainda: "*o que me falta é fontes de financiamento para aumentar o meu negócio,*

mas tem possibilidade...". Atualmente, a demanda de trabalho para Camila em seu atelier são as reformas de roupas usadas e a confecção de vestimentas voltadas para as religiões de matriz africana.

Nos dias atuais há um crescimento do número de consumidoras reafirmando sua identidade étnico-afro e isso abre inúmeras possibilidades para essas empreendedoras explorarem suas oportunidades dentro dos nichos de mercados aos quais estão inseridas (ARMAN, 2015).

3.2. EDNA

Edna é microempresária, proprietária de uma escola de educação infantil, é solteira, tem 48 anos de idade e atua nesse ramo há seis anos. Antes de começar o empreendimento ela foi diretora de uma escola do Sesi. Esse empreendimento era um sonho de infância, ela fez graduação em pedagogia na área de educação infantil e tinha o desejo de ser educadora, ela salienta: *“a profissão está dentro da minha área de formação, desde criança eu sempre quis ser professora de educação infantil na época chamava-se jardim, professora Jardineira e eu dizia isso que queria ser professora de jardim”*.

Atualmente a escola é o centro das atenções de Edna e motivo de grande orgulho e de imensa satisfação, contudo Edna se diz surpresa com o rumo que sua vida tomou:

Agora se me perguntassem há seis anos atrás se eu gostaria de trabalhar numa escola de educação infantil eu acharia que estava totalmente fora da minha realidade. Hoje eu aguardo concluir meu período de trabalho meu tempo profissional dentro da área como pedagoga na escola que eu criei.

Do planejamento até a abertura do negócio Edna não teve dificuldades, pois na empresa anterior trabalhou durante 12 anos e neste tempo ela adquiriu experiências nas questões de empreendedorismo, sendo que neste emprego ela ofertava cursos voltados para área, assim todos os procedimentos em sua empresa ela estava somente colocando em prática os conhecimentos adquiridos. Ao sair da empresa ela recebeu a indenização referente aos 12 anos de trabalho, após esse período ela planejou e investiu em sua própria escola. Edna explica:

Eu tinha uma bagagem sobre à questão empreendedora. Eu trabalhava antes com isso, então coloquei em prática aquilo que eu passava para os outros. Eu não aceitaria errar nisso (risos) uma pessoa que dava cursos como administrar uma empresa, como empreender o próprio, então eu não podia falhar nisso (risos).

Com o total apoio de sua família, os quais cederam uma casa para ela abrir o empreendimento, Edna não precisou pagar aluguel. Havia um planejamento prévio da viabilidade do negócio e assim ela montou sua escola dentro dos recursos que tinha, conforme explica:

Eu fiz uma escola simples dentro do valor que eu tinha. Claro que eu gostaria de ter mais coisas, de ter investido mais, mas eu sempre pensava: bom vou fazendo devagarinho conforme o que for entrando e com o retorno que for dando eu vou melhorando.

Já no início do seu empreendimento, Edna procurou o SEBRAE e se cadastrou, ela sabia do suporte que essa instituição oferecia para os microempreendedores. Então assistiu palestras e cursos, porém notou poucas ações voltadas para a área da educação. Suas principais incertezas eram em relação ao marketing da empresa e como se adequar à legislação vigente do seu negócio. Nas palavras de Edna:

Até cobrei o pessoal do SEBRAE porque eu vi que eles não focam muito na área da educação e eles trabalham muito mais com a questão de investimentos financeiros e, como eu comentei anteriormente, esse não era o meu principal problema. Na verdade, o meu problema era saber como fazer as coisas dentro do que a lei exigia.

Atualmente quem almeja ser microempreendedor pode fazer os trâmites como a legalização de sua empresa dentro da sua própria casa, só é preciso ter acesso à internet e acessar o Portal do Empreendedor, de acordo com os estudos de Duarte (2011).

Edna tem como preocupação principal respeitar a legislação que a secretaria de educação municipal exige. Ela também é membro do Conselho Municipal de Educação com o objetivo de representar as escolas particulares, discutindo pautas sobre escolas do mesmo ramo que são abertas de maneira informal e que não cumprem as legislações vigentes, e, que, portanto, funcionam de maneira ilegal, prejudicando o setor e a sociedade.

Um momento inesquecível, relata Edna, foi a festa de abertura de sua escola, na qual ela viu sua família e amigos felizes por sua conquista: *“Eu vi assim ó quantos meus amigos meus familiares estavam contentes com esse meu empreendimento e que eu sabia que se eu me apertasse eu poderia contar com a ajuda deles”*. E, quando a escola começou a funcionar uma das irmãs de Edna que é professora de inglês se ofereceu para dar aulas e a madrastra dela que é pedagoga aposentada também se colocou a disposição. Além disso, as irmãs de Edna também trabalham na escola cuidando das crianças do berçário.

Sobre os desafios enfrentados por empreender, Edna, em tom de desabafo fala do quanto é árduo o trabalho para ser reconhecida como profissional e proprietária da escola em função dos preconceitos existentes na sociedade de maneira geral:

Quando batem na porta da escola e, eu atendo, e pedem para falar com a diretora (...) principalmente na hora de entregar currículo pedem para falar com o responsável pela escola. Até coloco nas minhas camisetas escrito diretora, mas nem assim percebem que eu sou a diretora. O racismo é forte, mesmos nos dias de hoje com toda hipocrisia daqueles que dizem que isso é coisa da cabeça do próprio negro, que é ilusão e que temos mania de perseguição.

Diante desse relato de Edna, é possível perceber com a ajuda de Arman (2015), as pressões a que Edna está sujeita nos processos de silenciamento e estereotipia, pois as pessoas que procuram sua escola não a enxergam como proprietária e diretora, num primeiro momento, ela é inferiorizada e estereotipada como mulher negra no extrato social (RIBEIRO, 2008). Edna acredita que explorar seu empreendimento na cidade seja dificultoso, pois há uma gama de escolas na informalidade, custos altos e pressão da concorrência que é acirrada.

Na prefeitura criaram uma associação dentro do Conselho de educação para se defenderem desta forma de abrir escola e a mesma explica:

Nós criamos uma associação para nos defendermos porque as leis têm muitas exigências, os impostos são muito altos, a qualificação é obrigatória para que se possa trabalhar dentro de uma escola de educação infantil, porém assim como em todas as áreas existem muitas escolas que não são regularizadas. Então desta maneira elas podem dar algumas facilidades que para nós que somos registrados nós não podemos.

Edna também relata outro problema recorrente em sua área de atuação, qual seja, os pais nem sempre se interessam em saber se a escola de seu filho está nos dentro dos parâmetros legais. Infelizmente, a variável, muitas vezes, que mais importa é o preço da mensalidade e quanto tempo a criança pode ficar na escola. Tal fato, não deixa de ter relação com o preconceito que as professoras enfrentam ao serem vistas, com frequência, como cuidadoras de crianças ou babás, não sendo levado em conta toda a carreira acadêmica e cursos de qualificação que foram indispensáveis para que elas possam ter a formação para atuarem no maternal e no jardim. Essa desvalorização se remete a Butler (1998) quando se fala em submissão das mulheres, vemos que no caso da microempresária não é diferente, pois quando os pais as veem como cuidadoras e não educadoras estão, no fundo, reproduzindo as relações de gênero oriundas das instituições sociais. (SCOTT, 1995).

3.3. HELENA

Helena tem 46 anos, é casada e atua no ramo da beleza como cabelereira há 30 anos. Passou por outras profissões antes de abrir o próprio salão de beleza de maneira informal, ou seja, sem registro legal. Antes, porém a entrevistada foi faxineira, trabalhou em uma loja de calçados, foi balconista e também auxiliar em salão de beleza nos fins de semana. Ela iniciou a carreira com dupla jornada de trabalho em dois empregos, aprendeu sua profissão praticando ao cuidar do seu próprio cabelo e viu a possibilidade de ser cabelereira, ela frisa:

Eu aprendi a mexer no cabelo com meu próprio cabelo. Eu vi que levava muito jeito e eu gostava do meu trabalho. Também vi que eu tinha possibilidade de ter meu próprio negócio ligado a beleza e assim tudo começou e eu trabalhava em dois salões ao mesmo tempo.

As mulheres negras há muito tempo criam formas de sobrevivência e se sujeitam a longas jornadas de trabalho e muitas situações em mais de um emprego para sustentar a família. (Arman, 2015). Como é o caso de Helena que trabalhou em dois empregos ao mesmo tempo para amenizar as dificuldades econômicas.

Helena traz uma reflexão sobre a escolha da profissão, a ideia era ter uma profissão e ter dinheiro objetivando ajudar a mãe em casa de forma a contribuir na renda familiar. Os cursos de aperfeiçoamento eram muito caros na época então ela procurou trabalhar em vários salões de beleza para aprender o ofício. A empreendedora conta sobre a decisão de abrir seu próprio salão e ao relembrar do momento em que ela começou se a se aperfeiçoar na profissão:

Ah eu vou tentar e não tinha dinheiro nem para comprar os produtos para começar, aí o que eu fiz, eu olhei para o shampoo de casa, olhei para tesoura que eu ganhei de uma irmã de religião na época e ela começou a me dar alguns cursinhos básicos porque eu queria sempre aprimorar, eu não tinha dinheiro para curso e ela disse que ia me ensinar.

Helena, relata também sobre a dificuldade enfrentada por mulheres como ela, para ter oportunidades no mercado de trabalho:

Eu vejo que a menina de hoje mesmo com toda essa tecnologia que temos nas mãos, eu vejo que ainda existe essa mesma carência, essa dificuldade de não ter oportunidade. Eu vejo que ainda frustra e principalmente nós mulheres negras ainda continuamos mesmo com essa liberdade de expressão, mas ainda continuamos sendo limitadas principalmente dentro do mercado de trabalho.

Para ela a profissão que escolheu e sua atuação como cabelereira étnica-afro lhe traz muita satisfação, pois ao abrir um salão (informal) especializado em cabelo afro ofereceu um diferencial para a cidade de Rio Grande uma vez que até então esse tipo de serviço não era oferecido da cidade. Helena, explica assim, seu pioneirismo:

Eu consegui dentro do meu trabalho e da minha profissão fazer algo que na minha época não tinha (...) não tínhamos salões afros (...) étnicos afro, na verdade (...), então eu consegui ficar satisfeita porque eu consegui fazer um salão aonde principalmente nós, mulheres negras, meninas e mulheres negras e o próprio negro em si, conseguiu se ver.

Helena denomina de resistência suas passagens com êxito pelos obstáculos que enfrentou para manter o negócio e sustentar a família, pois com o passar dos anos houve um aumento no preço dos aluguéis de imóveis e salas comerciais no centro de Rio Grande inviabilizando sua permanência nestes espaços. Atualmente transferiu o salão para a sua residência, ou seja, não paga mais aluguel e colabora com a renda vinda de seu trabalho. Helena explica:

Como faltou reconhecimento (...) como falta para toda empreendedora negra, principalmente. A gente vive uma resistência todos dias, uma dificuldade que tu tem que matar um leão por dia. Então é difícil se manter, mas eu me mantive, com essa profissão, por 30 anos. Por isso, eu chamo de resistência porque eu consegui me manter com todas essas dificuldades e com essas crises todas.

Helena relata também como foi difícil acompanhar o crescimento dos filhos e administrar seu próprio negócio. Helena se considera com sorte de ter podido contar com a ajuda da mãe na educação dos filhos, pois suas jornadas de trabalho ultrapassavam com facilidade as oito horas diárias, por isso foi importante contar com o apoio da família e assim não ter "(...) *perdido meus filhos para a vida*", nas palavras de Helena.

Os que trabalham de maneira informal terminam por se deparar com a precarização do trabalho, muitos não têm recursos para pagar a previdência e poder ter a devida aposentadoria. (DRUCK e OLIVEIRA, 2008; CASTRO e NUNES, 2014). Essa realidade de precariedade do trabalho faz parte da vida de Helena, pois ela enfrenta uma jornada de trabalho que chega, com frequência, a mais 12 horas corridas, o que dificulta o cuidado com a própria saúde e, dificulta também, conforme relata a entrevistada, o acompanhamento do crescimento de seus filhos.

Esses e outros desafios são relatados por Helena. No que se refere aos desafios econômicos, a entrevistada é enfática ao observar que:

A realidade das mulheres que não tem poder aquisitivo nenhum e tiveram que começar de alguma forma seus negócios é muito difícil. Então, foi pedindo fiado mesmo (...) não pedi dinheiro porque nem tinha na época a quem pedir e o estabelecimento a qual eu aluguei foi uma pessoa conhecida que me cedeu um espaço não mais que 3 metros quadrados (...).

Helena também falou da discriminação que sofreu em alguns momentos em sua profissão e relata acontecimentos que a deixaram muito triste:

Complicado porque as pessoas às vezes quando chegavam na porta do meu estabelecimento perguntavam: Ah! Você só trabalha com esse tipo de cabelo? E eu disse: não nós não trabalhamos só com este tipo de cabelo nós trabalhamos com qualquer tipo de cabelo, mas nossa especialização é étnicos-afro, mas nós trabalhamos com qualquer um, tanto é que eu corto o cabelo de qualquer pessoa independente de ela ser branca, preta, amarela. Na verdade pra nós não tem diferença cabelo é cabelo.

A cabelereira está inserida dentro de um contexto de múltiplas identidades propostas por Crenshaw (2009), a exposição acontece em diversos eixos de opressão por ser mulher, por ser negra e por ser pobre. Quando acontece dela ser dona do próprio negócio, continua a luta em relação à discriminação racial de gênero e de classe reafirmando sua capacidade a todo o momento de poder ser cabelereira perante ao público que entra em seu estabelecimento.

Essas situações inquietavam Helena, diversas vezes, além de ser preconceituosos, o público não reconhecia o valor do trabalho dela:

A gente não pode ter um preço que na verdade nem era absurdo. Nesse ponto, nem sempre tive meu trabalho valorizado como deveria né. Porque tu te manter na sociedade e principalmente nesse meio do comércio

todo esse tempo sem nenhum investimento por fora, não é fácil ainda mais as pessoas reclamando do preço.

Para Helena uma questão importante era ser reconhecida enquanto profissional especialista em cabelos étnicos-afro. Ela acredita que há oportunidade de explorar o mercado, mas tem que ter persistência e resistência:

Tô falando, mas visando a forma como nós negros vimos o valor da vida, o valor da luta diária. Eu acho que tem sim como manter o negócio, mas tendo em mente que nada é muito fácil. A gente sabe disso, mas para nós negras empreendedoras temos que ter consciência que não é fácil nós lutamos todos os dias para se manter dentro daquele padrão que na verdade não é nosso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, entende-se que foi alcançado o objetivo da pesquisa que é analisar os desafios sociais e econômicos das mulheres negras empreendedoras na cidade de Rio Grande. Assim, ao analisar os dados da pesquisa, percebeu-se que as entrevistadas Camila, Edna e Helena precisaram superar uma série de dificuldades para conseguirem abrir e manter seus negócios. Por exemplo, Camila e Helena tiveram que deixar seus filhos com parentes para poderem trabalhar e manter seus empreendimentos, Edna e Camila são microempreendedoras registradas e tiveram seus espaços cedidos pela família e Helena e Camila trabalham dentro dos seus ramos com aspectos da etnia afros. As três entrevistas possuem pontos em comum: o apoio familiar, reafirmação da identidade enquanto mulher negra e a discriminação racial sofrida no qual se constatou como desafio social, nos casos de Edna e Camila na forma de invisibilidade e estereotipia e no caso de Helena críticas ao cabelo afro, as três se reconhecem enquanto mulheres empreendedoras. (DE ANDRADE FERNANDES, 2016).

Essas mulheres lutam diariamente pela permanência em seus espaços, a forma com que tentam se sobressair em situações de racismo se soma a busca de um reconhecimento e satisfação profissional. A mulher ainda é vista na condição de submissão (BUTLER, 1998) (DAVIS, 2016) no caso das mulheres negras ainda há agravantes, pois o significado de emancipação para elas aconteceu de maneira diferente já que as mesmas lidam com diversos eixos de opressão (Crenshaw, 2002) salientando que as mulheres objetos deste estudo são expostas ao racismo, ao machismo e as desigualdade sociais tendo que viver nessas condições e em diversas situações são inviabilizadas e silenciadas pela sociedade, vivendo em um ambiente hostil. (DAVIS, 2016).

Já os desafios econômicos identificados pela autora Arman(2015) onde traz a realidade sobre as mulheres serem em diversas situações provedoras de suas famílias; e por outros indicadores, por exemplo, acesso a linhas de crédito, apoio da família na renda, etc. Os desafios econômicos encontrados nos relatos são: Camila e Edna tiveram o apoio da família em relação a cedência de imóveis para elas começarem os negócios, Helena começou seu empreendimento pagando um aluguel simbólico de um espaço para uma prima. As três tiveram prévio planejamento para abrir o negócio. No caso de Edna com a indenização trabalhista ela começou a pensar na escolinha. No caso de Camila o marido fez a aquisição das máquinas de costura para a abertura do atelier. No caso de Helena economicamente no

início foi árduo a mesma relata de não ter dinheiro para comprar os produtos para o salão, inicialmente não tendo outra opção a não ser pedir fiado pois não tinha acesso a linhas de crédito. Todas as entrevistadas relataram se tivessem mais dinheiro fariam ainda mais melhorias em seus negócios.

5. REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. Movimento negro e "democracia social" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro. Rio de Janeiro : **CPDOC**, 2005. 15f.
- ARMAN, Ana Paula. Empreendedorismo entre mulheres negras na cidade de São Paulo. **Revista de Administração do Unisal**, v. 5, n. 8, 2015.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **cadernos pagu**, n. 11, p. 11-42, 2013.
- BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.
- CASTRO, Carla Appollinario; NUNES, Tiago de García. **Crítica à razão empreendedora; a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo. Tese de doutorado do PPGSD, UFF, 2013.**
- CONCEIÇÃO, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. *EnANPAD*, São Paulo, set. 2009.
- COSTA, Joaze Bernardino. Life control, interseccionalidade and politics of empowerment: female domestic workers' political organizations in Brazil. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 26, n. 52, p. 471-489, 2013.
- CERQUEIRA, P. R.; SOUZA, E. M. Laclau, sexualidades e os corpos: Análise das subjetivações ursinas. *Psicologia e Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 267–279, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, 2002.
- DA COSTA, Alessandra Mello; BARROS, Denise Franca; CARVALHO, José Luis Felício. A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo/The Historical Dimension of the Discourses Concerning the Entrepreneur and Entrepreneurship. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 179, 2011.
- DA SILVA, José Humberto et al. Juventude trabalhadora brasileira: percursos laborais, trabalhos precários e futuros (in) certos. Campinas. Unicamp. 2012
- DAVIS, Angela. 1944. **MULHERES, RAÇA E CLASSE**/Angela Davis; tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 246 p.
- DE ANDRADE FERNANDES, Danúbia. O gênero negro: apontamentos sobre gênero sobre gênero, feminismo e, feminismo e negritude.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo**, v. 12, n. 23, 2007.
- DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luis Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. **Revista VeraCidade. Salvador. Ano**, 2008.
- DUARTE, Filipe Vincenzi. **Gestão de si e empreendedorismo: o microempreendedor individual e as novas formas de inserção no mercado de trabalho. LUMEUFGRS**. 2011.
- FLICK, Owe. **INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 404 pág..
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social** v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HIRISH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman. 594 pg.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431560&idtema=131&search=rio-grande-do-sul|rio-grande|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2000>>. Acesso em: 27 de Junho de 2017.

Instituto Adolph Bauer-IAB. Disponível em: <<http://www.institutoiab.org.br/projeto-brasil-afroempreendedor/>>. Acesso em: 21 de Junho de 2017.

Jucisrs- Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://jucisrs.rs.gov.br/estatisticas>>. Acesso em 27 de junho de 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, Amostras e técnicas de pesquisa, Elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. 277 p.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós estruturalista. 1 ed. Petrópolis :Editora Vozes, 1997. 179 p.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.

NUNES, Charaó. **DESCONSTRUINDO A MÃE PRETA: AMAMENTAÇÃO E OS CUIDADOS DAS MULHERES NEGRAS**.

OLIVEIRA, Josiane Silva; **PEREIRA**, Jaiane Aparecida; **DE SOUZA**, Márcia Cristina David. Empreendedorismo, cultura e diversidade: a participação dos empreendedores negros nas atividades empreendedoras no Brasil no período de 1990 a 2008. Contextus-**Revista Contemporânea de Economia e Gestão** (B1), v. 11, n. 2, p. 7-30, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador. **Salvador: Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFCH/UFBA**, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, June 2010.

RIBEIRO, Matilde. **MULHERES NEGRAS: UMA TRAJETÓRIA DE CRIATIVIDADE, DETERMINAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 987, 2008.

ROSA, Grazielle dos Santos da. **Movimento negro no Brasil nas décadas de 1980-1990**: rompendo correntes e conquistando direitos. 2012.

SIEDE, Mario Ale. **O trabalho informal**: o estudo dos camelôs de Porto Alegre. 1994.(Dissertação).LUMEUFGRS.

SPINDOLA, T.; Santos, R.S. SPINDOLA, T.; Santos, R.S. Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). *Revista de Enfermagem USP*. v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003. VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 2.ed., São Paulo, Editora Atlas, 2006.

TEIXEIRA, J. C. et al. Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, v. 17, n. 1, p. 55–81, 2016.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. DE P. Os Lugares das Empregadas Domésticas. *Organizações & Sociedade*, v. 22, n. 72, p. 161–178, 2015.